



Resultados Definitivos

A NUPCIALIDADE EM PORTUGAL

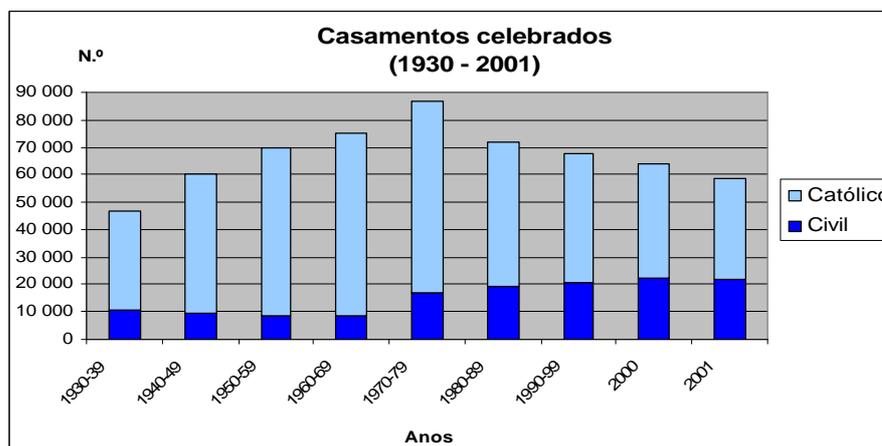
2001

Em 2001, realizaram-se 58 390 casamentos em Portugal, menos 8,4% que os 63 752 realizados em 2000. Por forma de celebração, os casamentos católicos representaram 62,5% do total e os restantes, casamentos civis, 37,5%, o maior valor proporcional verificado, desde o início dos anos 30, para esta modalidade de casamento.

Na análise retrospectiva à nupcialidade em Portugal constata-se que, na década de 30, registou-se uma média anual de 47 091 casamentos (77,1% católicos e 22,9% civis); entre 1940 e 1949, esta média subiu para 60 024 casamentos, que distribuídos por forma de celebração, os católicos perfaziam 84,3% do total e os civis 15,7%. Nos anos 50, observou-se um novo aumento do número de casamentos celebrados por ano (69 538), bem como do número de casamentos católicos (88%), em detrimento dos casamentos civis (12%). Entre 1960 e 1969, a média anual de casamentos realizados continuou a aumentar (75 031), dos quais 88,8% foram casamentos católicos, o maior valor atingido por esta forma de celebração, e apenas 11,2% foram casamentos civis.

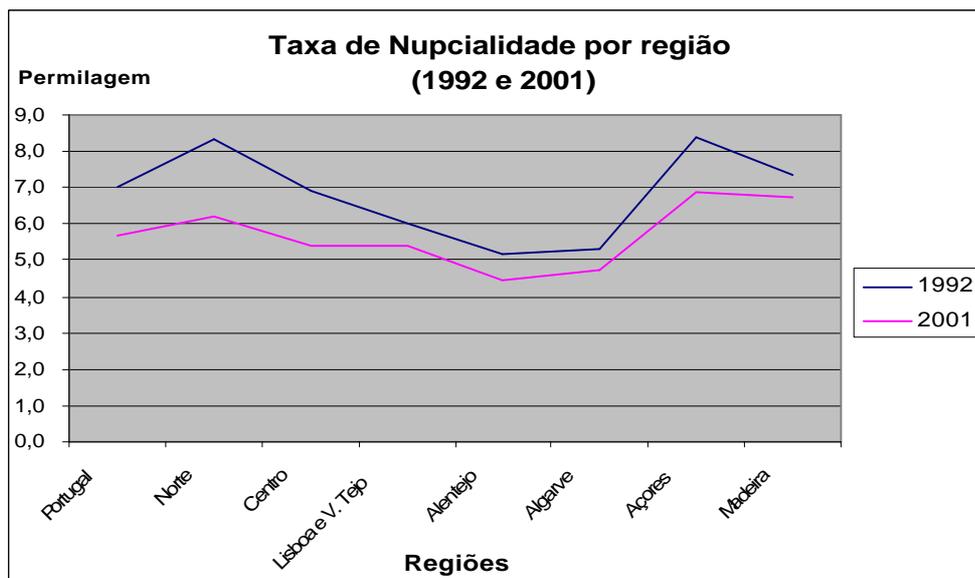
Na década de 70, o número médio de casamentos celebrados por ano atingiu o valor mais elevado desde que há informação estatística sobre o facto (86 595); em que 1975 foi o ano recorde com a ocorrência de 103 125 casamentos. Por forma de celebração, os casamentos católicos perdem peso relativamente ao total (80,4%), contra 19,6% para os civis. Nos anos 80, inicia-se a tendência decrescente dos casamentos celebrados. Nesta década, o número médio de casamentos por ano foi de 72 058; em paralelo continua a observar-se um decréscimo na proporção dos casamentos católicos (73,6%) e em contrapartida registou-se um aumento dos casamentos civis (26,4%).

Chegando aos anos 90, acentua-se a tendência decrescente dos casamentos celebrados, resultando uma média de 67 805 por ano. Em termos relativos, os casamentos católicos voltam a baixar (69,3%) e, inversamente os civis sobem para os 30,7%. A tendência que se tem verificado na evolução dos casamentos, quer em número de ocorrências (decréscimo) quer na forma de celebração (diminuição dos católicos e aumento relativo dos civis), manteve-se nos últimos dois anos (2000 e 2001).

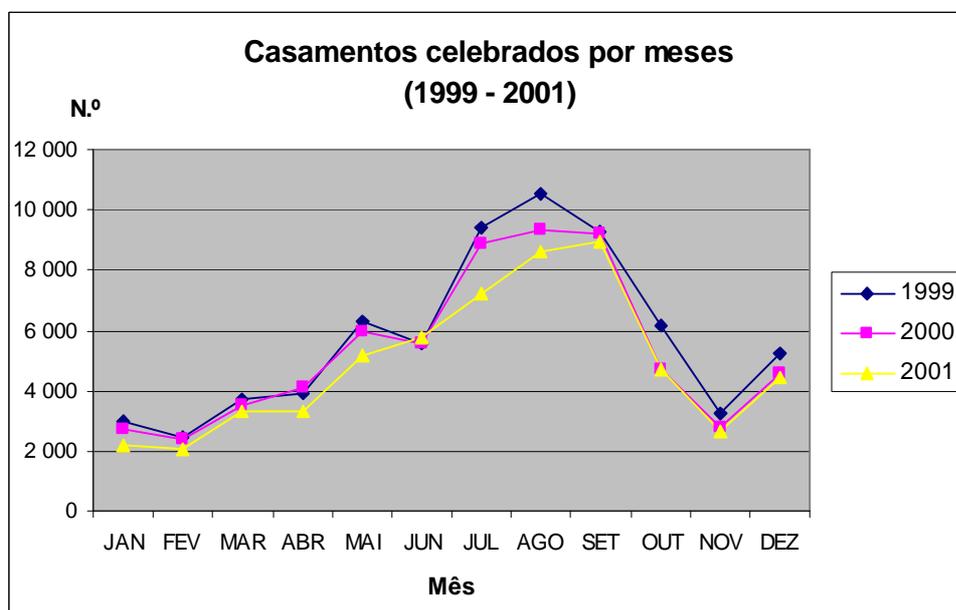


Ao analisar-se a relação entre os casamentos celebrados e a população residente, a taxa de nupcialidade (n.º de casamentos por mil habitantes), numa análise referente aos últimos 10 anos, apresenta algumas alterações ao longo deste período. De 1992 para 2001, em Portugal, a taxa de nupcialidade baixou de 7,0 para 5,7 casamentos por mil habitantes, equivalente a um decréscimo de 23,7%.

A tendência decrescente da taxa de nupcialidade ao nível nacional repercutiu-se em todas as regiões (NUTS II), embora com diferentes graus de variação. Focando apenas as regiões onde estas taxas atingiram os valores máximos e mínimos, entre 1992 e 2001, a quebra da taxa de nupcialidade foi nos Açores de 8,4‰ para 6,9‰, e no Alentejo de 5,1‰ para 4,4‰ (permilagens).



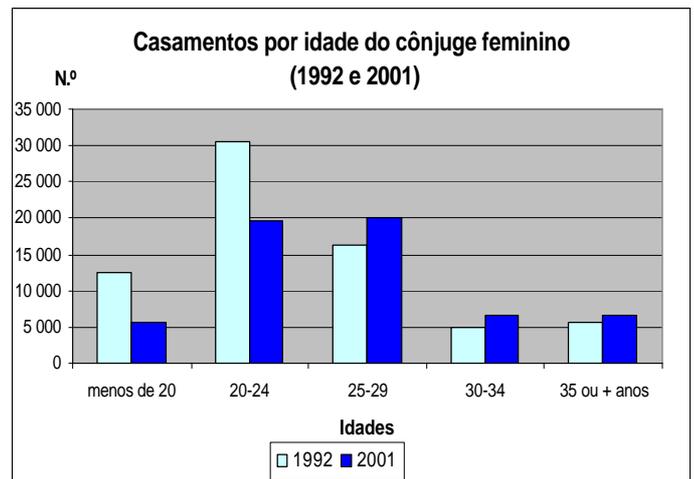
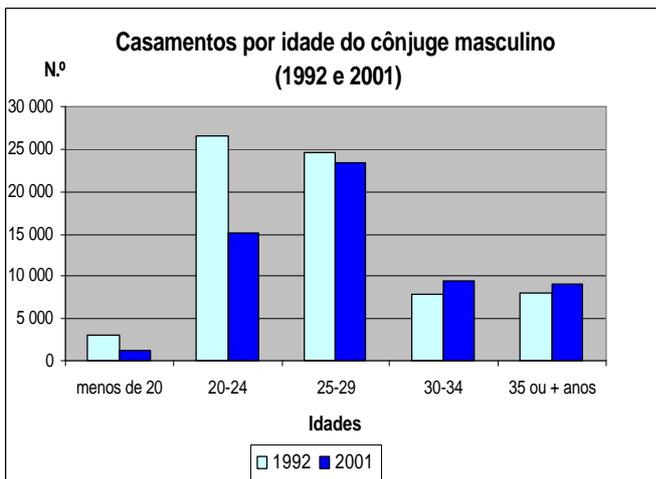
À semelhança dos dois anos anteriores, em 2001, Julho, Agosto e Setembro continuam a ser os meses mais atractivos para a celebração do casamento, representando o terceiro trimestre cerca de 43% dos casamentos celebrados anualmente. Em 1999 e 2000, coube a Agosto ser o mês de preferência dos nubentes; em 2001, esta primazia pertenceu ao mês de Setembro, seguido do mês de Agosto. Em situação oposta, encontram-se os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, com uma baixa frequência de casamentos realizados. No primeiro trimestre de 2001, apenas 13% dos nubentes optaram por casar neste período.



Desde o início da década de 90, a evolução dos casamentos por idade dos cônjuges vem evidenciando uma importância relativa de alguns grupos etários, confirmando o facto de que os portugueses casam cada vez mais tarde, em particular os homens.

Em 1992, o grupo etário dos 20 aos 24 anos representava cerca de 38% dos nubentes do sexo masculino e de 44% do sexo feminino; em 2001, esta proporção baixou, respectivamente para 25,8% e 33,5%. Consequentemente, no ano transacto, este grupo etário deixou de ser o de maior frequência (moda), em ambos os sexos.

Actualmente, o grupo etário dos 25 aos 29 anos passou a ser a classe modal na distribuição dos casamentos por idades, tanto nos homens como nas mulheres. Enquanto que, em 1992, 35% dos homens e 23,4% das mulheres casavam entre os 25 e os 29 anos, em 2001, esta proporção situou-se, respectivamente, nos 40% e 34%. A evolução observada, neste período, confirma que a constituição de família pelo vínculo do casamento é adiada em favorecimento da vida académica e profissional das pessoas. Aliás, há dez anos (1992), 22,7% dos homens e apenas 15% das mulheres casavam com mais de 30 anos, no ano passado, estas proporções subiram para cerca de 32% nos cônjuges masculinos e de 22% nos cônjuges femininos.



Sobre a coabitação antes da celebração do casamento, 16,4% dos nubentes, em Portugal, no ano de 2001, já possuíam residência comum. Por regiões, o valor mais elevado encontra-se no Algarve (37,2%) e o mais baixo na região Norte (8,8%).

Quanto ao regime de bens fixado pelo casamento, a situação mais comum observada em Portugal, no ano transacto, é a comunhão de adquiridos (86,2%), seguindo-se comunhão geral (7,4%) e, no final, o regime de separação, com 6,4%. Ao nível regional, os valores máximos verificados, em cada uma das três opções do regime de bens pelo casamento, são os seguintes: comunhão de adquiridos (Alentejo – 89,4%); comunhão geral (Madeira – 19%); regime de separação (Lisboa e Vale do Tejo – 9,6%).